

Concessionária BR-040 S.A. - VIA 040

Relatório de Revisão do Auditor
Independente acompanhado das
Informações Contábeis Intermediárias

Em 31 de março de 2018

Concessionária BR-040 S.A. - VIA 040

Relatório de Revisão do Auditor Independente
acompanhado das Informações Contábeis Intermediárias

Em 31 de março de 2018



Grant Thornton

Índice

	Página
Relatório de revisão do auditor independente sobre as Informações Contábeis Intermediárias	3
Informações Contábeis Intermediárias	6
Notas explicativas da Administração às Informações Contábeis Intermediárias para o período findo em 31 de março de 2018	12



Relatório de Revisão do Auditor Independente sobre as Informações Contábeis Intermediárias

Grant Thornton Auditores Independentes
Rua Voluntários da Pátria, 89 – 5º andar
Botafogo
Rio de Janeiro | RJ | Brasil
T +55 21 3512-4113
www.grantthornton.com.br

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Concessionária BR-040 S.A. - VIA 040
Nova Lima - MG

Revisamos as informações contábeis intermediárias da **Concessionária BR-040 S.A. - VIA 040 (“Companhia”)**, contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 31 de março de 2018, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo nessa data, incluindo o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

A Administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração intermediária e com a norma internacional “IAS 34 - *Interim Financial Reporting*”, emitida pelo “*International Accounting Standards Board (IASB)*”, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações contábeis intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de informações intermediárias executada pelo auditor da Entidade e “ISRE 2410 - *Review of interim financial information performed by the independent auditor of the entity*”, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.



Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas Informações Trimestrais - ITR acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) e o IAS 34, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais – ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Chamamos a atenção para as Notas explicativas nºs. 1.a. e 10 às informações contábeis intermediárias, que indicam que em 31 de março de 2018, o passivo circulante da Companhia excedeu o total do ativo circulante em R\$ 943.215 mil causados, principalmente, pelo registro no passivo circulante de empréstimos e financiamentos no montante de R\$ 935.784 mil. Esses eventos ou condições, juntamente com outros assuntos descritos nestas mesmas notas explicativas, indicam a existência de incerteza relevante que pode suscitar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Nossa conclusão não está ressalvada em função deste assunto.

Ênfase

Investigação do Ministério Público envolvendo a Controladora, acionistas e partes relacionadas

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 1.c às informações contábeis intermediárias, que informa que desde setembro de 2016 encontram-se em andamento investigações e outras medidas legais conduzidas pela Justiça Federal e pelo Ministério Público Federal, no contexto da chamada Operação Greenfield, e que envolvem a Controladora, acionistas da Controladora e partes relacionadas da Companhia. Até o presente momento não há como determinar se a Companhia será afetada pelos resultados das referidas investigações e por quaisquer de seus desdobramentos e suas consequências futuras. As informações contábeis intermediárias da Companhia não incluem quaisquer efeitos que possam advir dessas investigações. Nossa conclusão não está ressalvada em função deste assunto.



Relicitação do contrato de concessão

Chamamos a atenção para a Nota explicativa nº. 1.b, onde a Administração da Companhia informa que protocolou junto a ANTT - Agência Nacional de Transporte Terrestre (Poder concedente) o pedido de adesão ao processo de relicitação do Contrato de Concessão dos trechos rodoviários da BR-040/DF/GO/MG, em conformidade com a Lei nº. 13.448 em 5 de junho de 2017, visando a devolução da concessão. Até a data da divulgação dessas informações contábeis intermediárias, não houve manifestação do Poder concedente quanto a aceitação do pedido protocolado pela Companhia, e, conseqüentemente, ainda não estão definidas as regras para a realização da relicitação, em particular, a definição da metodologia de indenização dos bens reversíveis. Dessa forma, conforme mencionado na Nota explicativa nº. 8, a Administração da Companhia adotou, para mensuração dos seus ativos e passivos o critério de continuidade das operações e efetuou o teste de recuperabilidade dos seus ativos, comparando o valor contábil com o valor recuperável, tendo como premissa-chave a relicitação do Contrato de Concessão dentro dos próximos exercícios sociais, fundamentados pela publicação da Lei nº. 13.448 em 5 de junho de 2017. Tal premissa tem como entendimento, entre outros, a recuperabilidade dos montantes investidos pela Companhia até o momento da referida relicitação. Nossa conclusão não está ressalvada em função deste assunto.

Outros assuntos

Informações intermediárias do valor adicionado

Revisamos, também, as informações intermediárias do valor adicionado (DVA), referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2018, preparadas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas informações intermediárias foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram adequadamente elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 10 de maio de 2018.

Ana Cristina Linhares Areosa
CT CRC RJ-081.409/O-3 "S" - MG

Grant Thornton Auditores Independentes
CRC 2SP-025.583/O-1 "S" - MG

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE MARÇO DE 2018 E 31 DE DEZEMBRO I
(Em milhares de reais)

	Nota	31/03/2018	31/12/2017
ATIVO			
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	3	10.471	15.387
Contas a receber	4	22.460	22.615
Estoques		2.935	3.756
Tributos a recuperar	5.a	1.087	449
Adiantamentos diversos		566	424
Despesas antecipadas		5.780	2.592
Total do ativo circulante		<u>43.300</u>	<u>45.223</u>
NÃO CIRCULANTE			
Depósitos judiciais		4.194	3.967
Imobilizado	7	25.722	27.772
Intangível	8	1.600.987	1.587.358
Total do ativo não circulante		<u>1.630.903</u>	<u>1.619.097</u>
TOTAL DO ATIVO		<u><u>1.674.203</u></u>	<u><u>1.664.320</u></u>
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
CIRCULANTE			
Fornecedores	9	33.792	42.393
Empréstimos e financiamentos	10	935.784	945.798
Salários e encargos sociais a recolher		10.073	9.276
Tributos a recolher	5.c	3.159	3.765
Adiantamentos de clientes		76	76
Provisão ambiental	21	800	800
Provisão para manutenção	20	2.831	2.464
Total do passivo circulante		<u>986.515</u>	<u>1.004.572</u>
NÃO CIRCULANTE			
Fornecedores	9	5.379	5.615
Empréstimos e financiamentos	10	7.084	7.611
Partes relacionadas	6	79.704	75.009
Impostos diferidos passivos	5.b	41.968	38.803
Provisão para riscos processuais	11	1.511	1.636
Provisão ambiental	21	2.726	2.726
Total do passivo não circulante		<u>138.372</u>	<u>131.400</u>
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	12.a	607.200	591.200
Prejuízos acumulados		(57.884)	(62.852)
Total do patrimônio líquido		<u>549.316</u>	<u>528.348</u>
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u><u>1.674.203</u></u>	<u><u>1.664.320</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

CONCESSIONÁRIA BR 040 S.A. - VIA 040

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA OS
TRIMESTRES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2018 E 2017

(Em milhares de reais, exceto o lucro por lote de mil ações)

	<u>Nota</u>	<u>31/03/2018</u>	<u>31/03/2017</u>
Receita operacional líquida	13	79.118	71.832
Receita de construção	13	14.580	39.302
Custo dos serviços prestados	13	(44.144)	(44.823)
Custo de construção	13	(14.436)	(38.913)
LUCRO BRUTO		<u>35.118</u>	<u>27.398</u>
Receitas (despesas) operacionais			
Gerais e administrativas	13	(6.060)	(9.224)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	13	-	29
RESULTADO OPERACIONAL		<u>(6.060)</u>	<u>(9.195)</u>
RESULTADO FINANCEIRO			
Receitas financeiras	14	185	639
Despesas financeiras	14	(21.109)	(8.549)
Total		<u>(20.924)</u>	<u>(7.910)</u>
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		8.134	10.293
Imposto de renda e contribuição social	5.d	<u>(3.164)</u>	<u>(5.902)</u>
Lucro líquido do período		<u>4.968</u>	<u>4.391</u>
Lucro líquido por ação ordinária (básico e diluído)	15	<u>0,007</u>	<u>0,0101</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

CONCESSIONÁRIA BR 040 S.A. - VIA 040

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE PARA OS
TRIMESTRES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2018 E 2017
(Em milhares de reais)

	<u>31/03/2018</u>	<u>31/03/2017</u>
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	<u>4.968</u>	<u>4.391</u>
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	<u>-</u>	<u>-</u>
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO PERÍODO	<u><u>4.968</u></u>	<u><u>4.391</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

CONCESSIONÁRIA BR 040 S.A. - VIA 040

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS TRIMESTRES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2018 E 2017

(Em milhares de reais)

	Nota	Capital social			Prejuízos acumulados	Adiantamento para futuro aumento de capital	Total
		Subscrito	A integralizar	Total			
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015		397.500	-	397.500	(49.684)	55.000	402.816
Integralização de capital social	12.a	218.000	(174.800)	43.200	-	-	43.200
Adiantamento para futuro aumento de capital	12.a	55.000	-	55.000	-	(55.000)	-
Lucro líquido do período		-	-	-	4.391	-	4.391
SALDOS EM 31 DE MARÇO DE 2017		<u>670.500</u>	<u>(174.800)</u>	<u>495.700</u>	<u>(45.293)</u>	<u>-</u>	<u>450.407</u>
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017		670.500	(79.300)	591.200	(62.852)	-	528.348
Integralização de capital social	12.a	-	16.000	16.000	-	-	16.000
Lucro líquido do período		-	-	-	4.968	-	4.968
SALDOS EM 31 DE MARÇO DE 2018		<u>670.500</u>	<u>(63.300)</u>	<u>607.200</u>	<u>(57.884)</u>	<u>-</u>	<u>549.316</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

CONCESSIONÁRIA BR 040 S.A. - VIA 040

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO PARA OS
TRIMESTRES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2018 E 2017
(Em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>31/03/2018</u>	<u>31/03/2017</u>
Receitas	13	116.500	143.578
Receita operacional		86.355	78.344
Receita de construção		30.145	65.234
Insumos adquiridos de terceiros		(36.345)	(66.631)
Custo de construção	13	(14.436)	(38.913)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(21.909)	(26.705)
Perda/recuperação de valores ativos		-	(1.013)
Valor adicionado bruto		<u>80.155</u>	<u>76.947</u>
Retenções		(12.218)	(12.206)
Depreciação e amortização	7 e 8	<u>(12.218)</u>	<u>(12.206)</u>
Valor adicionado líquido produzido pela entidade		<u>67.938</u>	<u>64.741</u>
Valor adicionado recebido em transferência		185	639
Receitas financeiras	14	<u>185</u>	<u>639</u>
Total do valor adicionado a distribuir		<u>68.123</u>	<u>65.380</u>
Distribuição do valor adicionado		<u>68.123</u>	<u>65.380</u>
Pessoal e encargos		<u>10.359</u>	<u>11.568</u>
Remuneração direta		6.846	8.143
Benefícios		2.890	2.415
FGTS		558	685
Outros		65	325
Impostos, taxas e contribuições		<u>15.599</u>	<u>14.338</u>
Federais		11.578	10.871
Estaduais		179	-
Municipais		3.842	3.467
Remuneração capital de terceiros		<u>37.197</u>	<u>35.083</u>
Juros		18.421	22.382
Aluguéis		524	599
Outras		18.252	12.102
Remuneração de capital próprio		<u>4.968</u>	<u>4.391</u>
Lucro líquido do período		<u>4.968</u>	<u>4.391</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

CONCESSIONÁRIA BR 040 S.A. - VIA 040

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS
TRIMESTRES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2018 E 2017
(Em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>31/03/2018</u>	<u>31/03/2017</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro antes dos impostos e contribuição		8.134	10.293
Depreciação e amortização	7 e 8	12.218	12.206
Baixa de imobilizado e intangível		-	509
Provisão para manutenção		367	289
Perda no recebimento de créditos		-	1.013
Provisão para riscos		160	61
Margem de construção		(144)	(389)
Variações monetárias e encargos, líquidos		12.551	21.159
(Aumento) redução nos ativos operacionais:			
Contas a receber de clientes		155	4.264
Estoques		821	221
Tributos a recuperar		(638)	2.814
Depósitos judiciais		(228)	(336)
Adiantamentos		(142)	(237)
Despesa antecipada		(3.188)	(1.076)
Parte relacionada		-	234
(Aumento) redução nos passivos operacionais:			
Fornecedores		(5.982)	(5.402)
Salários e encargos sociais a recolher		797	1.495
Impostos e contribuições a recolher		(606)	(2.862)
Partes relacionadas		4.695	2.105
Outras obrigações e contas a pagar		-	(13.110)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		<u>28.970</u>	<u>33.251</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aplicação financeira		-	2.255
Aquisição de imobilizado	7	(2)	(124)
Aquisição de intangível	8	(10.941)	(47.277)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		<u>(10.943)</u>	<u>(45.146)</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Integralização de Capital		16.000	43.200
Custo de captação	10	(8.297)	(13.104)
Pagamento de empréstimos de financiamentos	10	(12.189)	(316)
Pagamento de juros de empréstimos e financiamentos	10	(18.457)	(19.044)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento		<u>(22.943)</u>	<u>10.736</u>
REDUÇÃO LÍQUIDO NO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA			
		<u>(4.916)</u>	<u>(1.159)</u>
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	3	15.387	3.796
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	3	<u>10.471</u>	<u>2.637</u>
REDUÇÃO LÍQUIDA NO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA			
		<u>(4.916)</u>	<u>(1.159)</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

CONCESSIONÁRIA BR-040 S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS REFERENTES AO TRIMESTRE FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2018

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

1.a) Operações da Companhia

A Concessionária BR-040 S.A. (“VIA040” ou “Companhia”), fundada em 31 de janeiro de 2014, e localizada a Avenida Niágara, 350, Nova Lima, MG - Brasil, é uma sociedade por ações de propósito específico de capital aberto e tem como objeto social específico e exclusivo operar e explorar, através da cobrança de pedágio e outras atividades pertinentes, a concessão outorgada pela União Federal, por intermédio da Agência Nacional de Transportes Terrestres (“ANTT”) o sistema rodoviário composto pelos trechos rodoviários da BR-040/DF/GO/MG. A Companhia não possui ações de sua emissão negociadas publicamente.

O objeto da concessão compreende a recuperação, operação, manutenção, monitoração, conservação, implantação de melhorias, ampliação de capacidade e manutenção do nível de serviço do sistema rodoviário composto pelos trechos rodoviários da BR-040 sob concessão da VIA040, incluindo todos os seus elementos integrantes da faixa de domínio, além de acessos e alças, edificações e terrenos, pistas centrais, laterais, marginais ou locais, ligadas diretamente ou por dispositivo de interconexão com a rodovia, acostamentos, obras de artes especiais e quaisquer outros elementos que se encontrem nos limites da faixa de domínio, bem como pelas áreas ocupadas com instalações operacionais e administrativas relacionadas à concessão (“Sistema Rodoviário”), em conformidade com as condições e especificações do contrato de concessão firmado pela Companhia junto à União Federal (“Poder Concedente”) por intermédio da ANTT. O prazo de duração da Companhia é determinado e correspondente ao tempo necessário para cumprimento das obrigações decorrentes do Contrato de Concessão. O referido contrato possui prazo de duração de 30 anos contados a partir de 22 de abril de 2014 (data de assunção), podendo ser renovado por igual período, a exclusivo critério do Poder Concedente.

O trecho rodoviário sob concessão da VIA040 tem início em Brasília, Distrito Federal e fim em Juiz de Fora, Minas Gerais, com extensão de 936,8 km, passando por 35 municípios ao longo de sua extensão abrangendo o Distrito Federal e os Estados de Goiás e Minas Gerais.

A VIA040 é uma subsidiária integral da Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - INVEPAR.

Em 30 de julho de 2015, a Companhia iniciou a cobrança de pedágio após o cumprimento das condições precedentes previstas no Contrato de Concessão. A autorização foi dada pela ANTT para as praças de pedágio 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 11 e 12. Em 23 de agosto de 2015, a Companhia deu início a cobrança de pedágio nas praças 09 e 10, também conforme autorizado pela ANTT.

Em 31 de março de 2018, a VIA040 apresentou um capital circulante líquido negativo de R\$943.215 (R\$959.349 em 31 de dezembro de 2017), devido ao financiamento de curto prazo no montante de R\$935.784 com o BNDES. O vencimento original do empréstimo PONTE firmado com o BNDES era 15 de março de 2016 e, em 31 de março de 2017, após aditamentos anteriores, foi prorrogado para 15 de junho de 2018.

A Companhia negociou junto ao BNDES inclusão de mecanismo de repactuação automática da dívida com prazo final em 15 de maio de 2019, desde que cumpra determinados requisitos firmados entre as partes, conforme Nota explicativa nº 10.

A Companhia está adimplente com suas obrigações contratuais e com o cronograma de obras, não tendo havido nenhum descumprimento.

1.b) Continuidade Operacional

As condições macroeconômicas e socioeconômicas se deterioraram significativamente entre 2013, ano do leilão do trecho sob concessão, e 2017, com impactos negativos na arrecadação da Companhia e também refletindo em alta de custos, principalmente aumentos extraordinários em preços administrados, revisão do valor de crédito a ser liberado para projetos de infraestrutura pelo BNDES, novas legislações, bem como atrasos na liberação de licenciamentos ambientais gerando incertezas significativas quanto a rentabilidade do projeto de infraestrutura em sua forma atual.

Em 05 de junho de 2017, o Governo Federal sancionou a Lei nº 13.448 que, dentre outras, estabelece as diretrizes gerais para a prorrogação e a relicitação dos contratos de parceria definidos nos termos da Lei nº 13.334 de 13 de setembro de 2016, nos setores rodoviário, ferroviários e aeroportuários da administração pública federal.

Em 11 de setembro de 2017, a Companhia protocolou junto a ANTT o pedido de adesão ao processo de relicitação supracitado, conforme autorizado, respectivamente, pelo Conselho de Administração da Invepar e pelo Conselho de Administração da Via 040 em 08 de setembro de 2017. Até a data de autorização da emissão destas informações contábeis intermediárias o pedido ainda não havia sido homologado pelo poder concedente.

Até que se defina um novo vencedor do Leilão da relicitação, do qual, conforme prevê a Lei, a Companhia e seus acionistas não poderão participar, e que este assuma o sistema rodoviário sob concessão, a Companhia manterá os serviços prestados conforme os níveis de serviços a serem, regulados por um aditivo contratual ainda não firmado entre a ANTT e a Companhia. Após a emissão do acordo entre as partes a duração das operações da Companhia estará limitada ao novo prazo de cumprimento das obrigações definidas neste termo.

À Companhia caberá uma indenização pelos investimentos realizados e ainda não amortizados, conforme prevê a Lei 13.448/17, Lei 8.987/95 (Lei das Concessões) e o Contrato de Concessão

1.c) Diligência em Acionistas, Controladora e Partes Relacionadas

A Companhia é controlada integral da Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. INVEPAR, que por sua vez tem como acionista integrante de seu bloco de controle a Construtora OAS.

No dia 5 de setembro de 2016 foram cumpridos mandados de busca e apreensão na sede da controladora INVEPAR e na sede da coligada GRUPAR (Aeroporto de Guarulhos Participações S.A), no âmbito da “Operação Greenfield”. A INVEPAR celebrou, em 13 de setembro de 2016, Termo de Compromisso com o Ministério Público Federal e com a Polícia Federal, com a finalidade de colaborar com as investigações. Até onde é do conhecimento da Administração da INVEPAR, as investigações prosseguem, mantendo a Companhia, no entanto, seu curso normal de negócios.

2. APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS (INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS)

A Administração da Sociedade autorizou a conclusão da preparação destas informações contábeis intermediárias (informações trimestrais) em 10 de maio de 2018, que compreendem:

As informações contábeis intermediárias elaboradas e apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária, e de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR e com a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board - IASB.

As demais informações referentes às bases de elaboração, apresentação das informações contábeis intermediárias e resumo das principais práticas contábeis não tiveram alterações em relação àquelas divulgadas na Nota Explicativa nº 02 às Demonstrações Contábeis Anuais referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017 (doravante denominadas de “Demonstrações Contábeis de 31 de dezembro de 2017”), publicadas na imprensa oficial em 23 de março de 2018.

Dessa forma, estas informações contábeis intermediárias (informações trimestrais) devem ser lidas em conjunto com as referidas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2017.

2.1. Adoção das IFRSs novas e revisadas

a) Em vigor para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019:

- IFRS 16 - Leasing – estabelece novos padrões de contabilização de arrendamento mercantil. As alterações às IFRS mencionadas anteriormente ainda não foram editadas pelo CPC. No entanto, em decorrência do compromisso do CPC de manter atualizado o conjunto de normas emitidas com base nas atualizações e modificações feitas pelo IASB, é esperado que essas alterações e modificações sejam editadas pelo CPC até a data de sua aplicação obrigatória. A Companhia não adotou tais pronunciamentos antecipadamente e os mesmos não representam impactos relevantes em suas informações contábeis intermediárias.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/03/2018	31/12/2017
Caixa e equivalentes de caixa		
Caixa e bancos	1.202	8.094
Valor em poder da transportadora de valores	1.935	3.224
Aplicações financeiras		
Compromissadas com lastro em debêntures	-	952
Certificados de Depósito Bancário - CDB	1.932	-
Fundo Mover		
Certificados de Depósito Bancário - CDB	95	-
Letras financeiras do tesouro	4.617	2.523
Títulos públicos federais - Tesouro Nacional	690	594
Total de caixa e equivalentes de caixa	10.471	15.387

As aplicações financeiras consideradas como equivalentes de caixa têm liquidez imediata e são mantidas com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para outros fins. A Companhia considera aplicações financeiras de liquidez imediata aquelas que podem ser convertidas

em um montante conhecido de caixa e sem risco de mudança de valor, sendo resgatáveis a qualquer momento. Em 31 de março de 2018, a taxa de rentabilidade média destas aplicações era de 98% do CDI (98,02% em 31 de dezembro de 2017).

Fundo de Investimento CAIXA Mover - é um Fundo de Investimento constituído sob a forma de condomínio aberto, com prazo indeterminado de duração e com possibilidade de resgate a qualquer momento. Destina-se, exclusivamente, a acolher investimentos da INVEPAR e/ou sempre mediante prévia autorização da INVEPAR, de empresas a ela ligadas através de participação, direta ou indireta, destina-se também a administração e a gestão da carteira e a controladoria de ativos. A escrituração da emissão e resgate de cotas do FUNDO são realizadas pela Caixa Econômica Federal. Fazem parte deste fundo, além da VIA040, INVEPAR, CLN, METRORIO, METROBARRA, CART e LAMSA. A rentabilidade do fundo é equivalente a 99,11% do CDI.

4. CONTAS A RECEBER

	31/03/2018	31/12/2017
AVI (*)	15.256	14.358
Vale pedágio	1.250	1.219
Ocupação da faixa de domínio (**)	5.954	7.038
Total	<u>22.460</u>	<u>22.615</u>

(*) O saldo da rubrica “AVI” é oriundo da utilização das etiquetas eletrônicas nas pistas automáticas. O prazo médio de recebimento é de 26 dias.

(**) Os saldos apresentados advêm da prestação de serviços decorrentes de contratos com clientes referentes à ocupação da Faixa de Domínio, conforme previsto no contrato de concessão e autorizado pela ANTT.

A Companhia não registra a estimativa para Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa (“PECLD”), reconhecendo como perda definitiva (crédito não recuperado) após decorridos 60 dias do reconhecimento do crédito não recebido.

5. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

a) Tributos a recuperar

	31/03/2018	31/12/2017
Antecipação de IR e CSLL (*)	734	171
Saldo negativo de IRPJ	195	-
PIS, COFINS e CSLL a recuperar	18	138
INSS a recuperar	134	134
Outros	6	6
Total	<u>1.087</u>	<u>449</u>

(*) Antecipação de IRPJ e CSLL do ano corrente e IRRF sobre aplicações financeiras

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos

<u>Natureza</u>	<u>31/03/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Juros capitalizados (*)	(37.427)	(34.296)
Margem de Construção RTT	(1.531)	(1.547)
Margem de Construção (Lei 12.973/14)	(3.009)	(2.960)
Total do passivo fiscal diferido	(41.967)	(38.803)
Total	(41.967)	(38.803)
Impostos diferidos – Passivo	(41.967)	(38.803)

(*) A partir de 2016, a Companhia tomou dedutibilidade dos juros no momento em que foram incorridos conforme § 3 do art. 145 da IN RFB nº 1.700 de 2017.

A Companhia não constituiu IRPJ e CSLL diferidos ativos sobre prejuízo fiscal, base negativa da CSLL e diferenças temporárias, devido à falta de expectativa de geração de base tributável futura, no montante acumulado de R\$43.002 (R\$42.538 saldo em 31 de dezembro de 2017).

c) Tributos a recolher

	<u>31/03/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
PIS e COFINS	1.120	1.174
ISS	1.511	1.749
IRRF e CSRF	305	500
INSS sobre terceiros	106	226
Outros	117	116
	<u>3.159</u>	<u>3.765</u>

d) Imposto de renda e contribuição social no resultado

	<u>31/03/2018</u>	<u>31/03/2017</u>
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	8.134	10.293
Alíquota combinada do imposto de renda e contribuição social	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	(2.765)	(3.500)
Adições permanentes	(6)	(367)
Imposto de renda e contribuição social diferidos não constituídos	(393)	(2.035)
Total dos impostos no resultado	(3.164)	(5.902)
Impostos diferidos	(3.164)	(5.902)
	<u>(3.164)</u>	<u>(5.902)</u>

6. PARTES RELACIONADAS

As operações entre partes relacionadas da Companhia, sejam elas acionistas, empresas ligadas ou profissionais-chaves da Administração são efetuadas a condições pactuadas entre as partes, aprovadas pelos órgãos da Administração.

Quando necessário, o procedimento de tomada de decisões para a realização de operações com partes relacionadas seguirá os termos do artigo 115 da Lei das Sociedades por Ações, que determina que o acionista ou o administrador, conforme o caso, nas assembleias gerais ou nas reuniões da Administração, abstenha-se de votar nas deliberações relativas: (i) ao laudo de avaliação de bens com

que concorrer para a formação do capital social; (ii) à aprovação de suas contas como administrador; e (iii) a quaisquer matérias que possam beneficiá-lo de modo particular ou que seu interesse conflite com o da Companhia.

Composição

31/03/2018				
Parte relacionada	Transação	Relação	Passivo	Resultado mar/18
			Não circulante	
INVEPAR	Serviços compartilhados (a)	Controladora	74.241	-
INVEPAR	Outorga de Garantia (b)	Controladora	5.463	4.695
Total			<u>79.704</u>	<u>4.695</u>

31/12/2017				
Parte relacionada	Transação	Relação	Passivo	Resultado mar/17
			Não circulante	Despesas
INVEPAR	Serviços compartilhados (a)	Controladora	22.870	(2.105)
INVEPAR	Outorga de Garantia (b)	Controladora	52.139	-
Total			<u>75.009</u>	<u>(2.105)</u>

(a) Nota de débito: Serviços compartilhados referentes ao rateio dos gastos incorridos comuns às partes relacionadas, incluindo gastos com a estrutura administrativa do grupo, que estão sendo compartilhadas entre as empresas através de critérios de rateio que consideram, por exemplo, histórico do uso efetivo de determinado recurso compartilhado por cada uma das partes, quantidade de colaboradores de cada parte que terão acesso a determinado recurso compartilhado e aferição do uso efetivo de determinado recurso compartilhado.

(b) Outorga de Garantia: O contrato de Prestação de Serviços de Outorga de Garantia foi firmado entre a Companhia e a Invepar em 15 de dezembro de 2015 para que a controladora constitua garantias (fiança e aval), que deverão cobrir as obrigações pecuniárias decorrentes de dívidas contraídas pela Companhia.

Remuneração da Administração

A remuneração dos administradores, responsáveis pelo planejamento, direção e controle das atividades da Companhia, está composta como segue:

Composição	31/03/2018	31/03/2017
Pró-labore	188	586
Participação nos resultados / Bônus variáveis	-	63
Benefícios pós emprego	15	-
Encargos	37	79
Outros benefícios	23	80
Total	<u>263</u>	<u>808</u>

Em 24 de abril de 2018, foi aprovado em Assembleia Geral Ordinária a remuneração global anual dos administradores de até R\$2.038 para o exercício de 2018.

7. IMOBILIZADO

	Taxas anuais médias ponderadas de depreciação %	31/12/2017	Adições	Baixas	Transferências	31/03/2018
Custo						
Instalações	10	9	-	-	-	9
Máquinas e equipamentos	10	13.544	-	-	-	13.544
Móveis e utensílios	10	4.882	-	-	-	4.882
Veículos	20	18.018	-	-	-	18.018
Equipamentos de informática	20	13.905	7	-	-	13.912
Imobilizado em andamento		972	-	-	-	972
		<u>51.330</u>	<u>7</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>51.337</u>
Depreciação acumulada						
Instalações		(3)	-	-	-	(3)
Máquinas e equipamentos		(5.296)	(339)	-	-	(5.635)
Móveis e utensílios		(1.108)	(122)	-	-	(1.230)
Veículos		(11.338)	(901)	-	-	(12.239)
Equipamentos de informática		(5.813)	(695)	-	-	(6.508)
		<u>(23.558)</u>	<u>(2.057)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(25.615)</u>
Imobilizado líquido		<u>27.772</u>	<u>(2.050)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>25.722</u>

	Taxas anuais médias ponderadas de depreciação %	31/12/2016	Adições	Baixas	Transferências	31/12/2017
Custo						
Instalações	10	9	-	-	-	9
Máquinas e equipamentos	10	13.545	33	-	(34)	13.544
Móveis e utensílios	10	4.704	22	-	156	4.882
Veículos	20	18.047	-	(29)	-	18.018
Equipamentos de informática	20	13.776	58	(91)	162	13.905
Imobilizado em andamento		-	972	-	-	972
		<u>50.081</u>	<u>1.085</u>	<u>(120)</u>	<u>284</u>	<u>51.330</u>
Depreciação acumulada						
Instalações		(2)	(1)	-	-	(3)
Máquinas e equipamentos		(3.954)	(1.355)	-	13	(5.296)
Móveis e utensílios		(626)	(478)	-	(4)	(1.108)
Veículos		(7.748)	(3.604)	14	-	(11.338)
Equipamentos de informática		(3.054)	(2.765)	15	(9)	(5.813)
Outros		-	-	-	-	-
		<u>(15.384)</u>	<u>(8.203)</u>	<u>29</u>	<u>-</u>	<u>(23.558)</u>
Imobilizado líquido		<u>34.697</u>	<u>(7.118)</u>	<u>(91)</u>	<u>284</u>	<u>27.772</u>

Redução do valor recuperável de ativos

De acordo com o CPC01(R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, os itens do ativo imobilizado, que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação, são revisados para determinar a necessidade de reconhecimento de perda para redução do saldo contábil a seu valor de realização. A Administração efetua análise anual do correspondente desempenho operacional e financeiro de seus ativos e não identificou possível desvalorização de seus ativos no período findo em 31 de março de 2018.

A Administração da Companhia efetuou teste de recuperabilidade dos seus ativos, comparando o valor contábil com o valor recuperável, tendo como premissa-chave a pretensão da Companhia na relicitação do Contrato de Concessão dos trechos rodoviários da BR-040/DF/GO/MG dentro dos próximos exercícios sociais, fundamentados pela publicação da Lei 13.448/17 (originada da MP 752), conforme citado na Nota Explicativa nº 1.b. Tal premissa tem como entendimento a total recuperabilidade dos montantes investidos e não depreciados ou amortizados pela concessionária até o momento da referida relicitação. Cabe ressaltar que tais premissas serão revisadas periodicamente considerando o progresso

das discussões e tramitações em torno das regulamentações da Lei 13.448/17, em conjunto com as tomadas de decisões da Administração da Companhia. Em 31 de março de 2018, não foram identificadas evidências de ativos imobilizados com custos registrados superiores aos seus valores de recuperação.

Ativos cedidos em garantia

A Companhia não possui ativos dados em garantia em processos judiciais. Os veículos que foram financiados por intermédio dos contratos de FINAME, conforme nota explicativa 10, estão alienados fiduciariamente às instituições financiadoras.

8. INTANGÍVEL

	Prazo de vida útil	31/12/2017	Adições	Baixas	Transferências	31/03/2018
Custo						
Software	5 anos	8.509	-	-	-	8.509
Direito de concessão	(*)	1.117.576	-	-	-	1.117.576
Adiantamento a fornecedores		671	-	-	-	671
Intangível em construção		539.621	23.790	-	-	563.411
		1.666.377	23.790	-	-	1.690.167
Amortização acumulada						
Software		(3.549)	(425)	-	-	(3.974)
Direito de concessão		(75.470)	(9.736)	-	-	(85.206)
		(79.019)	(10.161)	-	-	(89.180)
Intangível líquido		1.587.358	13.629	-	-	1.600.987

	Prazo de vida útil	31/12/2016	Adições	Baixas	Transferências	31/12/2017
Custo						
Software	5 anos	8.495	14	-	-	8.509
Direito de concessão	(*)	1.122.747	188	-	(5.359)	1.117.576
Adiantamento a fornecedores		963	193	-	(485)	671
Intangível em construção		311.944	222.117	-	5.560	539.621
Outros		-	-	-	-	-
		1.444.149	222.512	-	(284)	1.666.377
Amortização acumulada						
Software		(1.832)	(1.717)	-	-	(3.549)
Direito de concessão		(36.537)	(38.933)	-	-	(75.470)
Outros		-	-	-	-	-
		(38.369)	(40.650)	-	-	(79.019)
Intangível líquido		1.405.780	181.862	-	(284)	1.587.358

(*) Prazo remanescente da concessão, contados a partir da data de conclusão do ativo até a data limite de 22 de Abril de 2044, data fim de assunção do sistema rodoviário, conforme mencionado na Nota Explicativa 01. A amortização é efetuada pelo método linear de acordo com o prazo de concessão. Prazo remanescente da concessão contado a partir da data de início da operação do ativo.

Redução ao valor recuperável do ativo (“Impairment”)

De acordo com o CPC01(R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, os itens do ativo intangível, que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação, são revisados para determinar a necessidade de reconhecimento de perda para redução do saldo contábil a seu valor de realização. A Administração efetua análise anual do correspondente desempenho operacional e financeiro de seus ativos e não identificou possível desvalorização de seus ativos no período findo em 31 de março de 2018.

A Administração da Companhia efetuou teste de recuperabilidade dos seus ativos, comparando o valor contábil com o valor recuperável, tendo como premissa-chave a pretensão da Companhia na relicitação do Contrato de Concessão dos trechos rodoviários da BR-040/DF/GO/MG dentro dos próximos exercícios sociais, fundamentados pela publicação da Lei 13.448/17 (originada da MP 752), conforme citado na Nota explicativa 1.a. Tal premissa tem como entendimento a total recuperabilidade dos montantes investidos e não depreciados ou amortizados pela concessionária até o momento da referida relicitação. Cabe ressaltar que tais premissas serão revisadas periodicamente considerando o progresso das discussões e tramitações em torno das regulamentações da Lei 13.448/17 em conjunto com as tomadas de decisões da Administração da Companhia.

Ativos cedidos em garantia

A Companhia não possui ativos dados em garantia.

9. FORNECEDORES

	31/03/2018	31/12/2017
Fornecedores nacionais	25.656	33.128
Retenções contratuais	5.310	5.297
Verba de fiscalização (ANTT)	2.826	3.968
Circulante	33.792	42.393
Fornecedores nacionais	5.379	5.615
Não circulante	5.379	5.615

10. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Objeto	Moeda	Encargos	Vencimento	31/03/2018	31/12/2017
BNDES - PONTE	Reais	TJLP + 2% a.a.	jun/18	946.029	956.253
BNDES - FINAME	Reais	6% a.a.	ago/24 a out/24	8.159	8.476
Custo de captação				(11.320)	(11.320)
Total				942.868	953.409
Circulante				935.784	945.798
Não circulante				7.084	7.611

Empresas	31/12/2017	Pagamento		Provisão juros (**)	Custo de captação amortizado	Custo de captação incorrido	Variação monetária	Transferência	31/03/2018
		Principal	Juros (*)						
Passivo circulante									
BNDES - PONTE	956.252	(11.873)	(18.337)	18.299	-	-	1.687	-	946.028
BNDES - FINAME	866	(316)	(120)	119	-	-	-	527	1.076
Custos a amortizar	(11.320)	-	-	-	8.297	(8.297)	-	-	(11.320)
	945.798	(12.189)	(18.457)	18.418	8.297	(8.297)	1.687	527	935.784
Passivo não circulante									
BNDES - FINAME	7.611	-	-	-	-	-	-	(527)	7.084
	7.611	-	-	-	-	-	-	(527)	7.084
Total dívida	953.409	(12.189)	(18.457)	18.418	8.297	(8.297)	1.687	-	942.868

Empresas	31/12/2016	Pagamento		Provisão juros (**)	Custo de captação amortizado	Custo de captação incorrido	Transferência	31/12/2017
		Principal	Juros (*)					
Passivo circulante								
BNDES - PONTE	974.234	(28.186)	(76.021)	86.225	-	-	-	956.252
BNDES - FINAME	1.291	(1.266)	(534)	531	-	-	844	866
Custos a amortizar	(24.192)	-	-	-	61.054	(48.182)	-	(11.320)
	951.333	(29.452)	(76.555)	86.756	61.054	(48.182)	844	945.798
Passivo não circulante								
BNDES - FINAME	8.455	-	-	-	-	-	(844)	7.611
	8.455	-	-	-	-	-	(844)	7.611
Total dívida	959.788	(29.452)	(76.555)	86.756	61.054	(48.182)	-	953.409

(*) Por se tratar de custos de obtenção de recursos financeiros para financiamento da construção, os juros pagos estão classificados como fluxo de caixa das atividades de financiamento.

(**) Os juros incorridos foram de R\$18.418 (R\$ 86.756 em 31 de dezembro de 2017), sendo R\$ 9.209 capitalizados no intangível em 31 de março de 2018 (R\$70.163 em 31 de dezembro de 2017), conforme Nota Explicativa 17.

BNDES – Ponte

Em 10 de setembro de 2014, a Companhia firmou contrato de financiamento mediante abertura de crédito junto ao BNDES, no montante total de R\$965.750, dividido em dois subcréditos: “A” R\$717.130 e “B” R\$248.620, destinado à prestação de serviço público de recuperação, conservação, implantação de melhorias e ampliação de capacidade da rodovia BR 040. Sobre o principal da dívida incidem juros de 2,0% a.a. mais TJLP.

Originalmente, o principal e o juros da dívida seriam pagos ao BNDES em prestação única, no valor principal vincendo da dívida, que vencia em 15 de março de 2016 e que havia sido postergado para 15 de novembro de 2016, depois para 15 de maio de 2017 e atualmente a data de vencimento foi rolada para 15 de junho de 2018.

A Companhia renegociou com o BNDES novo prazo de vencimento para 15 de novembro de 2017, com inclusão de mecanismo de repactuação automática da dívida com prazo final em 15 de maio de 2019, desde que cumpra determinados requisitos firmados entre as partes. A partir de 15 de maio de 2017 a Companhia encerrou o período de carência do financiamento e, conforme o novo acordo, iniciará a amortização do principal do saldo devedor em parcelas mensais e sucessivas, no valor de 1/240 do saldo devedor, no período compreendido entre 15 de junho de 2017 (inclusive) e 15 de outubro de 2017 (inclusive), juntamente com as prestações dos juros incorridos em cada período. Os juros incididos após o dia 15 de novembro de 2016 estão sendo pagos mensalmente desde dia 15 de dezembro de 2016.

As liberações ocorridas, referentes aos subcréditos A e B, foram as seguintes:

Subcrédito	Data	Montante
A	22 de setembro de 2014	R\$322.000
	26 de dezembro de 2014	R\$190.000
	22 de maio de 2015	R\$117.000
	27 de agosto de 2015	R\$22.814
	24 de setembro de 2015	R\$65.403
B	25 de janeiro de 2016	R\$83.085
	27 de janeiro de 2016	R\$77.394

Como garantia ao fiel cumprimento das obrigações da Companhia para com o BNDES, a INVEPAR, detentora da totalidade das ações, alienou fiduciariamente, por meio de Contrato de Penhor de Direitos Creditórios, as ações da Companhia que detêm da Companhia como garantia ao pagamento do Empréstimo PONTE, aos bancos fiadores da operação.

Este contrato possui cláusulas de vencimento antecipado atreladas a inadimplência, indicadores profissionais ou societários e também está sujeito às cláusulas aplicáveis aos contratos do BNDES. Em 31 de março de 2018, todas as cláusulas de vencimento antecipado foram atendidas.

Como condição de liberação dos créditos pelo BNDES, a Companhia obteve junto ao Banco Itaú, Banco do Brasil, Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais e Banco Bradesco cartas de fianças, conforme detalhado a seguir:

Fiador	Valor total da carta original	%
Itaú	R\$250.000	25,8866
BB	R\$250.000	25,8866
BDMG	R\$215.750	22,3402
Bradesco	R\$250.000	25,8866

As cartas fianças, por sua vez, são garantidas por meio de Contrato de Penhor de Direitos Creditórios, datado de 25 de agosto de 2014 e respectivos aditivos, firmados entre a Companhia com Banco do Brasil S.A., Banco Bradesco S.A., Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S.A., Itaú Unibanco S.A., na qual a Companhia empenha todos e quaisquer direitos, presentes e/ou futuros, decorrentes, relacionados e/ou emergentes da Concessão, respeitado o disposto no art. 28, da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, conforme alterada (“Lei de Concessões Públicas”), incluindo, sem limitar, os direitos creditórios bem como todos os demais direitos, corpóreos ou incorpóreos, potenciais ou não, decorrentes da exploração da Concessão e que possam ser objeto de penhor de acordo com as normas legais e regulamentares aplicáveis e os direitos emergentes da Concessão (“Direitos Creditórios Empenhados”). Além disso, nos termos do Contrato de Prestação de Garantias, a INVEPAR constituiu em favor dos Fiadores penhor sobre a totalidade das ações, presentes ou futuras, de emissão da Companhia e de sua titularidade, representando 100% (cem por cento) do capital social da Companhia, por meio de contrato de Penhor de Ações e Outras Avenças datado de 25 de agosto de 2014, que possui a Itaú Corretora de Valores S.A. como instituição depositária. As cartas de fiança são aditadas a cada nova rolagem do prazo de vencimento da dívida.

O contrato de empréstimo PONTE celebrado com o Banco Nacional do Desenvolvimento Social - BNDES, prevê como hipótese de vencimento cruzado do débito a extinção do Contrato de Concessão. O contrato de prestação de fiança celebrado pela Companhia com Banco do Brasil S.A., Banco Bradesco S.A., Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais – BDMG, Itaú Unibanco S.A., Banco Bradesco BBI S.A. e BB Banco de Investimentos S.A., para garantia do empréstimo PONTE BNDES, prevê a possibilidade de exigência de substituição e/ou devolução antecipada das cartas de fiança em vigor, caso (i) seja declarado o vencimento antecipado de obrigações pecuniárias da Companhia e/ou da INVEPAR, na qualidade de interveniente-garantidora, com os fiadores e seus controladores e/ou qualquer de suas controladas e coligadas; (ii) constatado o vencimento antecipado de quaisquer obrigações pecuniárias da Companhia, na qualidade de afiançada, com terceiros em valor individual ou agregado superior a R\$10.000 ou (iii) ocorra o vencimento antecipado de quaisquer obrigações pecuniárias da INVEPAR, na qualidade de interveniente garantidora, com terceiros em valor individual ou agregado superior a R\$50.000.

BNDES - Finame

Os recursos captados junto ao Banco do Brasil são oriundos dos repasses da Agência Especial de Financiamento Industrial – FINAME integrante do Sistema BNDES e foram utilizados pela Companhia para adquirir parte da sua frota de veículos. Os veículos financiados estão alienados à instituição financeira intermediária destes financiamentos, constituindo-se assim como garantia quanto a não quitação, por parte da Companhia, da dívida contraída. Após o período de carência de 6 meses estão sendo pagos em 114 prestações mensais e sucessivas. Este financiamento sofre incidência de juros à taxa efetiva de 6,00% ao ano, calculados por dias corridos, debitados e exigidos trimestralmente no

período de carência, sempre no dia 15 de cada mês e mensalmente no período de amortização.

Este contrato possui cláusulas de vencimento antecipado atreladas a inadimplência, indicadores profissionais ou societários e também está sujeito às cláusulas aplicáveis aos contratos do BNDES. Em 31 de março de 2018, todas às cláusulas de vencimento antecipado foram atendidas. Segue abaixo o detalhamento dos contratos:

<u>Modalidade</u>	<u>Número do contrato</u>	<u>Data de liberação</u>	<u>Valor do contrato/ Valor liberado</u>	<u>Vencimento</u>
FINAME	40/00992-0	24/11/14	878	15/10/2024
FINAME	40/00990-4	27/11/14	527	15/08/2024
FINAME	40/00982-3	17/11/14	896	15/08/2024
FINAME	40/00984-X	17/11/14	2.623	15/08/2024
FINAME	40/00989-0	17/11/14	1.041	15/08/2024
FINAME	40/00988-0	17/11/14	1.875	15/08/2024
FINAME	40/00981-5	19/12/14	385	15/08/2024
FINAME	40/00986-6	18/11/14	166	15/08/2024
FINAME	40/00983-1	15/12/14	<u>3.635</u>	15/08/2024
			<u>12.026</u>	

11. PROVISÃO PARA RISCOS PROCESSUAIS

A Companhia, em 31 de março de 2018 e 31 de dezembro de 2017, é ré em processos de natureza cível, trabalhista e administrativo sobre os quais seus consultores jurídicos entendem como prováveis ou possíveis as probabilidades de perda, para os quais foram constituídas provisões ou foram efetuadas as respectivas divulgações nesta nota explicativa.

a) Riscos cíveis

As demandas que envolvem a Companhia são, em sua maioria, propostas por usuários do Sistema Rodoviário que pleiteiam compensação por prejuízos decorrentes de falhas na prestação dos serviços de manutenção, conserva ou operação da rodovia. O contencioso cível também envolve demandas decorrentes de conflitos nas relações contratuais estabelecidas com os fornecedores da Companhia. Nestas, são usuais pedidos de aplicação de penalidades contratuais e/ou indenizações por prejuízos eventualmente apurados.

b) Riscos trabalhistas

A Companhia é ré em processos de natureza trabalhista movidos por ex-funcionários, cujos objetos importam, em sua maioria, em pedidos de reintegração, horas extraordinárias, equiparação salarial, dentre outros.

Movimentação da provisões para contingências prováveis:

<u>Natureza do risco</u>	<u>31/12/2017</u>	<u>Constituição</u>	<u>Reversões/ pagamentos</u>	<u>31/03/2018</u>
Trabalhistas	1.227	14	(285)	956
Cíveis	409	146	-	555
Total	1.636	160	(285)	1.511

Natureza do risco	31/12/2016	Constituição	Reversões/ pagamentos	31/12/2017
Trabalhistas	654	744	(171)	1.227
Cíveis	91	362	(44)	409
Total	745	1.106	(215)	1.636

c) Riscos possíveis

A Companhia é ré em processos de natureza cível e trabalhista, sobre os quais seus consultores jurídicos entendem como possíveis as probabilidades de perda. Os prognósticos são atualizados conforme o andamento do processo e estudos dos assessores jurídicos da Companhia frente aos acontecimentos jurídicos do período. Existem causas de natureza cível com probabilidade de perda possível, há processos questionando a cobrança futura de pedágio. Com base na opinião de seus consultores jurídicos, segue:

Natureza do risco	31/03/2018	31/12/2017
Trabalhistas	14.821	14.821
Cíveis	10.219	17.438
Total	25.040	32.259

Procedimento arbitral com parte relacionada – OAS

Em 30 de maio de 2014, foi celebrado entre a Companhia e a parte relacionada Construtora OAS S.A., o contrato de empreitada para execução de obras civis no sistema rodoviário BR-040, envolvendo a ampliação da capacidade, implantação de melhorias, trabalhos iniciais, recuperação de obras de artes especiais, recuperação de terraplenos e de estruturas de contenção, por preço global. Os trabalhos iniciais, somente no item pavimento e de recuperação estrutural do pavimento, em preço unitário.

Em 16 de setembro de 2015, a Companhia notificou a Construtora OAS S.A. sobre a sua intenção de rescindir o contrato, no prazo de 30 dias, contados a partir da emissão da referida notificação, conforme previsão contratual, e considerando, (i) a paralisação das atividades contratuais, decorrentes do mútuo interesse das partes em evitar e/ou minimizar custos e despesas desnecessários; (ii) as tratativas para terminação consensual do contrato; (iii) a necessidade da Companhia, no que tange a contratação de outras empreiteiras, visando o cumprimento das regras estabelecidas pelo Poder Concedente, bem como a urgência da consecução das obras para atendimento ao interesse público primário.

Em 17 de dezembro de 2015, a Companhia e a Construtora OAS S.A. firmaram termo de Transação que previu a quitação dos pleitos apresentados pela construtora mediante o pagamento de R\$34.292, em favor da Construtora OAS S.A., sendo o saldo de R\$ 1.138 condicionado à execução da integralidade dos serviços de reparo dos defeitos listados no Anexo I ao referido termo. A transação também assegurou a obrigação da construtora garantir a segurança e solidez das obras, bem como indenizar eventuais danos decorrentes de obrigações trabalhistas e/ou previdenciárias relativas aos empregados e/ou contratados da OAS ou de danos ambientais causados pela construtora. As Partes também ficaram obrigadas ao ressarcimento dos danos decorrentes de dolo.

Em 12 de fevereiro de 2017, a Companhia interpôs processo arbitral em face da Construtora OAS S.A. a fim de que a construtora seja condenada a reparar os vícios na obra, bem como a indenizar todos os

outros gastos/prejuízos decorrentes da ação e/ou omissão da Construtora OAS S.A, no valor estimado de R\$ 17.800. As partes firmaram termo de arbitragem, em 13 de novembro de 2017.

As partes acordaram a postergação dos prazos fixados no termo de arbitragem e, em 26 de fevereiro de 2018, a Via 040 apresentou alegações iniciais. Aguarda-se OAS apresentar resposta às alegações iniciais.

A Administração da Companhia, consubstanciada na opinião de seus assessores jurídicos, avaliou como provável a probabilidade de êxito do procedimento arbitral. Nenhum registro contábil foi realizado referente e este prognóstico.

12. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

	<u>Número de ações</u>	<u>% Participação</u>	<u>Ações ordinárias</u>
Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. – INVEPAR	706.866.817	100	706.866.817

Em 31 de dezembro de 2017, o capital subscrito da Companhia é de R\$670.500, sendo, R\$591.200 integralizados e R\$79.300 a integralizar, representados por 706.866.817 ações ordinárias, sem valor nominal, integralmente subscritas pela INVEPAR.

Em 31 de março de 2018, o capital subscrito da Companhia é de R\$670.500, sendo, R\$607.200 integralizados e R\$63.300 a integralizar, representados por 706.866.817 ações ordinárias, sem valor nominal, integralmente subscritas pela INVEPAR.

b) Reserva legal

A Companhia destinará 5% do seu lucro líquido antes de qualquer outra destinação para a constituição da reserva legal, que não excederá a 20% do capital social, conforme art. 193 da Lei das Sociedades por Ações. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital.

c) Dividendos

O Estatuto Social da Companhia determina a distribuição de um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do Art. 202 da lei das sociedades por ações.

13. RECEITAS, CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

A Companhia apresentou suas demonstrações dos resultados de 31 de março de 2018 e 2017 por função e apresenta, a seguir, o detalhamento por natureza:

Receitas por natureza

	31/03/2018	31/03/2017
Receita bruta de pedágio	83.638	76.428
Receita extraordinária	2.717	1.916
Impostos, deduções e cancelamentos	(7.237)	(6.512)
Receita de serviços	79.118	71.832
Receita de construção	14.580	39.302
Receita total	93.698	111.134

Existem diferenças entre a receita divulgada na demonstração do resultado e a registrada para fins fiscais. A diferença deve-se basicamente: (i) Receita de construção e o custo de construção, proveniente da aplicação do ICPC 01 (R1) - Contrato de Concessão (IFRIC 12), serão tributados no momento da realização do intangível.

Custos e despesas por natureza

	31/03/2018	31/03/2017
Pessoal	(12.134)	(13.492)
Conservação e manutenção	(11.527)	(6.093)
Despesas administrativas	(1.989)	(4.533)
Operacionais	(11.827)	(17.369)
Custo de construção	(14.436)	(38.913)
Provisão de manutenção	(367)	(289)
Depreciação e amortização	(12.218)	(12.206)
Perda no recebimento de crédito e riscos (*)	(142)	(65)
Outras receitas (despesas) operacionais	-	29
	(64.640)	(92.931)
Custo de serviços prestados	(44.144)	(44.823)
Custo de construção	(14.436)	(38.913)
Despesas gerais e administrativas	(6.060)	(9.224)
Outras receitas (despesas) operacionais	-	29
	(64.640)	(92.931)

(*) Refere-se ao reconhecimento da perda definitiva (crédito não recuperado) após decorridos 60 dias do reconhecimento do crédito não recebido.

14. RESULTADO FINANCEIRO

	31/03/2018	31/03/2017
Receitas financeiras		
Juros sobre aplicações financeiras	150	463
Varição monetária ativa	35	176
Total receitas financeiras	185	639
Despesas financeiras		
Comissões e despesas bancárias	(5.103)	(2.760)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(9.210)	(5.332)
Varição monetária passiva	(1.687)	(37)
Outros*	(5.109)	(420)
Total despesas financeiras	(21.109)	(8.549)
Total resultado financeiro	(20.924)	(7.910)

No trimestre findo em 31 de março de 2018, a Companhia incorreu em R\$26.715 de despesas de juros do empréstimo e custo de captação com o BNDES (R\$33.987 em 31 de março de 2017). O montante de

R\$15.565 foi capitalizado no intangível (R\$25.932 em 31 de março de 2017) e o restante de R\$11.150 mantido no resultado (R\$ 5.369 em 31 de março de 2017).

(*) Parte deste valor refere-se a Outorga de Garantia: O contrato de Prestação de Serviços de Outorga de Garantia foi firmado entre a Companhia e a Invepar em 15 de dezembro de 2015 para que a controladora constitua garantias (fiança), conforme NE 6.

15. RESULTADO POR AÇÃO

Em atendimento ao CPC 41 (IAS 33) Resultado por Ação, a Companhia apresenta a seguir as informações sobre o resultado por ação para 31 de março de 2018 e 2017.

O cálculo básico do resultado por ação é feito através da divisão do resultado do período, atribuído aos detentores de ações da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações que mantém disponíveis durante o período.

A Companhia não possui instrumentos diluidores.

Os quadros abaixo apresentam os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos resultados básico e diluído por ação:

	<u>31/03/2018</u>	<u>31/03/2017</u>
Numerador básico		
Resultado do período atribuível aos acionistas	4.968	4.391
Denominador básico		
Média ponderada das ações (em milhares)	<u>706.867</u>	<u>436.119</u>
Resultado do período básico por ação (R\$)	<u>0,007</u>	<u>0,0101</u>

16. SEGUROS

A Companhia mantém seguro-garantia ao setor público, riscos operacionais, responsabilidade civil, riscos de engenharia, conforme obrigação contratual constante em seu Contrato de Concessão, e outros relacionados aos seus ativos operacionais e administrativos, considerado suficientes por sua administração para cobrir os riscos envolvidos.

Modalidade	Limite Máximo de Indenização	Vigência		Seguradora
		Início	Vencimento	
Garantia ao poder concedente (a)	505.134	20/03/2018	20/03/2019	Fator Seguradora S.A.
Responsabilidade civil geral (b)	100.000	01/08/2017	01/08/2018	Tóquio Marine
Riscos operacionais (c)	280.000	01/08/2017	01/08/2018	Tóquio Marine
Veículos	Tabela FIPE	18/09/2017	18/09/2018	Itau
D&O	100.000	20/03/2018	20/03/2019	XL Seguros
Fiança locatícia	539.897	28/08/2017	26/08/2018	Pottencial

(a) Seguro garantia, conforme previsto no item 12 do Contrato de Concessão firmado entre a Companhia e o Poder Concedente, que deverá ser mantido, a favor da ANTT, até o fiel cumprimento das obrigações contratuais previstas no Programa de Exploração da Rodovia “PER”.

(b) Cobertura de responsabilidade civil cobrindo a Concessionária e o Poder Concedente, bem como seus administradores, empregados, funcionários, prepostos ou delegados, pelos montantes com que possam ser responsabilizados a título de danos materiais, pessoais e morais, decorrentes das atividades abrangidas pela Concessão.

(c) Cobertura de perda ou dano decorrente de riscos de danos morais e lucros cessantes inerentes à operação da Companhia.

O escopo dos trabalhos de nossos auditores independentes não inclui a revisão sobre a suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada pela Administração da Companhia e que a considera suficiente para cobrir eventuais sinistros.

17. OBJETIVOS E POLÍTICAS PARA GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode gerar alterações nos valores de realização estimados.

A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, segurança e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado, bem como na avaliação da situação econômico-financeira das instituições envolvidas. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

Os valores constantes nas contas do ativo e passivo, como instrumentos financeiros, encontram-se atualizados na forma contratada até 31 de março de 2018 e 31 de dezembro de 2017. Esses valores estão representados substancialmente por caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, valores a receber, empréstimos e financiamentos e fornecedores.

Instrumentos financeiros	31/03/2018		31/12/2017	
	Valor justo	Custo amortizado	Valor justo	Custo amortizado
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	10.471	-	15.387	-
Contas a receber	-	22.460	-	22.615
Total do ativo	10.471	22.460	15.387	22.615
Passivos				
Fornecedores	-	39.171	-	48.008
Partes relacionadas	-	79.704	-	75.009
Empréstimos, financiamentos e debêntures	-	942.868	-	953.409
Obrigações com empregados e administradores	-	10.073	-	9.276
Total do passivo	-	1.071.816	-	1.085.702

As operações da Companhia estão sujeitas aos fatores de riscos abaixo descritos:

a) Critérios, premissas e limitações utilizadas no cálculo dos valores de mercado

Os valores de mercado informados não refletem mudanças subsequentes na economia, tais como taxas de juros e alíquotas de impostos e outras variáveis que possam ter efeito sobre sua determinação. Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo:

- *Caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras*

Os saldos em conta corrente mantidos em bancos têm seus valores de mercado similares aos saldos

contábeis. Para as aplicações financeiras os valores contábeis informados no balanço patrimonial aproximam-se do valor de mercado em virtude do curto prazo de vencimento desses instrumentos.

- *Contas a receber*

O risco de crédito do cliente é administrado por cada unidade de negócios, estando sujeito aos procedimentos, controles e política estabelecida pelo grupo em relação a esse risco. Os limites de crédito são estabelecidos para todos os clientes com base em critérios internos de classificação. A qualidade do crédito do cliente é avaliada com base em um sistema interno de classificação de crédito extensivo.

A necessidade de reconhecimento de perdas por redução ao valor recuperável é analisada a cada data reportada em base individual para os principais clientes. O cálculo é baseado em dados históricos efetivos.

b) Exposição a riscos de taxas de juros

Decorre da possibilidade da Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. A Companhia possui aplicações financeiras expostas a taxas de juros flutuantes. As taxas de juros nas aplicações financeiras são vinculadas à variação da CDI, SELIC e IPCA. Os passivos financeiros da Companhia estão vinculados à variação da UR-TJLP.

c) Concentração de risco de crédito

Instrumentos financeiros que potencialmente sujeitam a Companhia a concentrações de risco de crédito consistem, primariamente, de caixa, bancos e aplicações financeiras. A Companhia tem como política manter as contas correntes bancárias e aplicações financeiras em diversas instituições financeiras, de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito.

d) Risco de liquidez

A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente. O objetivo é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade através de contas garantidas, empréstimos bancários, debêntures, ações preferenciais, arrendamento mercantil financeiro e arrendamento mercantil operacional.

Dado o processo de relicitação, conforme citado na NE 01, caberá à companhia indenização pelos investimentos realizados e não amortizados, ao final deste processo. O valor de indenização calculado pelo poder concedente pode diferir daqueles previstos pela Companhia o que poderá levar a uma disputa jurídica entre as partes e que definirá o valor final da indenização.

31 de março de 2018	Até 1 ano	1 a 5 anos	> 5 anos	Total
Empréstimos e financiamentos e debêntures	935.784	6.540	544	942.868
Fornecedores	33.792	5.379	-	39.171

e) Análise de sensibilidade de variações na moeda estrangeira e nas taxas de juros

A Companhia está exposta a riscos de oscilações de taxas de juros em seus empréstimos e financiamentos.

No quadro abaixo, são considerados três cenários sobre os ativos e passivos financeiros relevantes, com os respectivos impactos nos saldos de balanço patrimonial da Companhia, sendo: (i) cenário provável, o adotado pela Companhia; e (ii) cenários variáveis chaves, com os respectivos impactos nos resultados da Companhia. Além do cenário provável, a CVM, através da Instrução nº 475, determinou que fossem apresentados mais dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável do risco considerado. Esses cenários estão sendo apresentados de acordo com o requerimento da CVM:

As taxas consideradas foram:

	Cenário provável	Cenário A	Cenário B
Selic (% ao ano)	6,37%	4,78%	3,19%
DI Ativo (% ao ano)	6,37%	4,78%	3,19%
IPCA Ativo (% ao ano)	3,58%	2,69%	1,79%
TJLP (% ao ano)	6,73%	8,41%	10,10%

Os valores de sensibilidade na tabela abaixo são de juros a incorrer dos instrumentos financeiros sob cada cenário.

Análise de sensibilidade de variações na taxas de juros

Em 31 de março de 2018, a sensibilidade de cada instrumento financeiro, considerando a exposição à variação de cada um deles, é apresentada nas tabelas abaixo:

f.1) Ativo financeiro

Operação	Risco/ indexador	Base	RESULTADO		
			Cenário provável	Cenário A	Cenário B
Caixa e equivalentes de caixa	DI	1.932	123	92	62
Fundo Mover					
Certificados de Depósito Bancár	DI	95	6	5	3
Letras financeiras do tesouro	SELIC	4.617	294	221	147
Títulos públicos federais - Tesou	IPCA	690	25	19	12
		5.402	325	245	162

f.2) Passivo financeiro

Operação	Risco/ indexador	Base	RESULTADO		
			Cenário provável	Cenário A	Cenário B
Empréstimo	TJLP	942.868	63.455	79.319	95.182

g) Gestão do capital

O objetivo principal da administração de capital da Companhia é assegurar que este mantenha uma classificação de crédito forte e uma razão de capital capaz de apoiar os negócios e maximizar o valor do acionista. A Companhia administra a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas.

Em 31 de março de 2018, dado a aproximação da data de vencimento do empréstimo PONTE obtido junto ao BNDES, e consequente classificação contábil do total da dívida em seu passivo circulante.

	31/03/2018	31/12/2017
Empréstimos, financiamentos e debêntures	942.868	953.409
Caixa e equivalentes de caixa	(10.471)	(15.387)
Dívida líquida	932.396	938.022
Patrimônio líquido	549.316	528.348
Patrimônio líquido e dívida líquida	1.481.712	1.466.370

h) Hierarquia do valor justo

A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar o valor justo dos instrumentos financeiros:

Nível 1: preços cotados nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.

Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente.

Nível 3: técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

Mensurados a valor justo Ativos financeiros	31/03/2018	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Equivalentes de caixa	10.471	-	10.471	-
Total	10.471	-	10.471	-
Empréstimos e financiamentos	942.868	-	942.868	-
Total	942.868	-	942.868	-

Mensurados a valor justo Ativos financeiros	31/12/2017	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Equivalentes de caixa	15.387	-	15.387	-
Total	15.387	-	15.387	-
Empréstimos e financiamentos	953.409	-	953.409	-
Total	953.409	-	953.409	-

18. TRANSAÇÕES NÃO CAIXA

A Companhia teve as seguintes transações não caixa no trimestre que foram excluídas do fluxo de caixa:

	31/03/2018	31/03/2017
Aquisição de imobilizado/intangível ainda não liquidada financeiramente	1.884	31.343
Capitalização do resultado financeiro	15.565	25.932
	17.449	57.275

19. COMPROMISSOS E RESPONSABILIDADES

A VIA 040 deverá manter, em favor ANTT, como garantia do fiel cumprimento das obrigações contratuais, a Garantia de Execução do Contrato nos montantes indicados na tabela abaixo:

<u>Meta de duplicação</u>	<u>Valor</u>
Até o atendimento da meta total de duplicação prevista no item 3.2.1.1 do PER*	425.000
Do atendimento da meta total de duplicação prevista no item 3.2.1.1 do PER* até o 30º ano	225.000

*PER - Programa de Exploração Rodoviária

A redução do valor da Garantia de Execução do Contrato está condicionada ao cumprimento das metas de duplicação da rodovia descritas no PER. A Garantia de Execução do Contrato será reajustada anualmente, com o mesmo índice de reajuste da Tarifa Básica de Pedágio.

Estão previstas no contrato de concessão as obrigações abaixo descritas:

	<u>Valor</u>
Verba de fiscalização	10.410*
Verba de segurança no trânsito	1.334*
Recursos para desenvolvimento tecnológico	1.844*

*Atualizadas anualmente conforme preconizado no Contrato de Concessão

A Companhia, como compromisso contratual, assumiu os compromissos de investimentos previstos no PER.

O Programa de Exploração da Rodovia (PER) especifica as condições para execução do Contrato, caracterizando todos os serviços e obras esperados da Concessionária BR-040 ao longo do prazo da Concessão, divididos em frentes que detalham as atividades de responsabilidade Companhia, com fixação do prazo e das condições para o seu cumprimento integral.

O PER conta com 4 frentes de concessão, cujo escopo encontra-se assim definido:

Frente 1	Frente 2	Frente 3	Frente 4
<ul style="list-style-type: none"> - Implantação e recuperação das edificações e instalações operacionais; - Recuperação e manutenção; - Sinalização e elementos de proteção e segurança; - Terraplenos e estruturas de contenção; - Obras de arte especiais; - Canteiro central e faixa de domínio; - Pavimento; e - Sistemas elétricos e de iluminação. 	<ul style="list-style-type: none"> - Ampliação de capacidade e manutenção de nível de serviço; - Obras de ampliação de capacidade e melhorias; - Obras em trechos urbanos; - Obras de manutenção de nível de serviço; e - Obras emergenciais. 	<ul style="list-style-type: none"> - Sistemas elétricos e de iluminação; - Pavimento; - Elementos de proteção e segurança; - Obras de arte especiais; - Sistema de drenagem e obras de arte correntes; - Terraplenos e estruturas de contenção; - Canteiro central e faixa de domínio; - Edificações e instalações operacionais; e - Conservação. 	<ul style="list-style-type: none"> - Serviços operacionais: implantação e operacionalização das seguintes infraestruturas e serviços; - Centro de controle operacional; - Equipamentos e veículos da administração; - Sistemas de controle de tráfego; - Sistemas de atendimento ao usuário; - Sistemas de pedágio e controle de arrecadação; - Sistema de comunicação; - Sistema de pesagem; - Sistema de guarda e vigilância patrimonial; e - Reforma dos postos da polícia rodoviária federal.

O PER prevê um prazo até 5 (cinco) anos, a contar da data de obtenção da licença de implantação, para que estes investimentos sejam finalizados.

20. PROVISÃO DE MANUTENÇÃO

A Companhia constitui provisão para recuperação da infraestrutura, que compreende os gastos previstos para deixá-la em condições normais de operação antes de devolvê-la ao Poder Concedente, a partir do momento em que o ativo construído se torna operacional considerando a melhor estimativa do gasto necessário para liquidar a obrigação presente na data do balanço.

No trimestre findo em 31 de março de 2018, a Companhia reconheceu R\$2.831 a título de provisão para manutenção (R\$2.464 em 31 de dezembro de 2017).

A taxa para cálculo do valor presente para os projetos com início previsto até 31 de março de 2018 é de 14,25% a.a (14,25% a.a em 31 de dezembro de 2017).

A estimativa da Companhia quanto ao prazo de desembolso dos valores provisionados, até a data base destas demonstrações contábeis é de, 08 anos, que considera o volume de tráfego nos trechos já duplicados e seu consequente desgaste.

21. PROVISÃO AMBIENTAL

A Companhia reconhece provisão referente à obrigação de reposição de supressão vegetal, a ser realizada, na mesma proporção do andamento da obra para a qual foi obtido o Licenciamento Ambiental pertinente. Estas provisões são determinadas com base na melhor estimativa durante o período pelo qual a Companhia espera realizar os dispêndios a ela inferidos quando da obtenção do mesmo.

No trimestre findo em 31 de março de 2018, a Companhia reconhece R\$3.526 (R\$800 no passivo circulante e R\$2.726 no passivo não circulante), em 31 de dezembro de 2017, a Companhia reconheceu R\$3.526 (R\$800 no passivo circulante e R\$2.726 no passivo não circulante), trazido a valor presente, a título de provisão ambiental

De acordo com o cronograma estabelecido junto ao Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (“IBAMA”), a Companhia iniciou o dispêndio dos recursos relacionados ao projeto em fevereiro de 2016 com a conclusão prevista para dezembro de 2022.

A taxa para cálculo do valor presente é de 13,75% a.a.

22. CONTRATO DE CONCESSÃO

O objeto da concessão compreende a recuperação, operação, manutenção, monitoramento, conservação, implantação de melhorias, ampliação de capacidade e manutenção do nível de serviço do sistema rodoviário composto pelos trechos rodoviários da BR-040 sob concessão da VIA 040, incluindo todos os seus elementos integrantes da faixa de domínio, além de acessos e alças, edificações e terrenos, pistas centrais, laterais, marginais ou locais, ligadas diretamente ou por dispositivo de interconexão com a rodovia, acostamentos, obras de artes especiais e quaisquer outros elementos que se encontrem nos limites da faixa de domínio, bem como pelas áreas ocupadas com instalações operacionais e administrativas relacionadas à concessão (“Sistema Rodoviário”), em conformidade com as condições e especificações do Contrato de Concessão firmado pela Companhia junto à União Federal (“Poder Concedente”) por intermédio da ANTT.

O referido contrato possui prazo de duração de 30 anos contados a partir de 22 de abril de 2014, podendo ser renovado por igual período, a exclusivo critério do Poder Concedente.

Encerrado o prazo de concessão, serão entregues à União todos os Bens Reversíveis, livres e desembaraçados de quaisquer ônus ou encargos, e cessarão para a Companhia todos os direitos emergentes do Contrato de Concessão.

Este contrato possui cláusulas que restringem a alienação e aquisição dos bens da concessão.

Como parte do Contrato de Concessão a Companhia assumiu os compromissos e responsabilidades descritos na Nota Explicativa nº19.

O primeiro reajuste contratual da Companhia ocorreu 15 de julho de 2016, data do reajuste de 4,35% em relação a tarifa anterior, conforme Resolução ANTT nº 5143, publicada no Diário Oficial da União no dia 26 do mesmo mês, aprovou a 1ª Revisão Ordinária e a 3ª Revisão Extraordinária da Tarifa Básica de Pedágio – TBP do Contrato de Concessão.

A data-base para os reajustes seguintes serão realizados sempre no dia 30 de julho do ano corrente do período sob concessão.

O Contrato de Concessão prevê que seja garantido à Companhia a possibilidade de requerer reequilíbrio contratual, quando necessário, para reestabelecer o equilíbrio econômico-financeiro da Concessão. Em contrapartida, também rege que a Companhia está sujeita a penalidades caso descumpra as obrigações firmadas junto ao Poder Concedente.

A tarifa de pedágio será reajustada para incorporar a variação do IPCA, com base em fórmula que considera fatores de desempenho relacionados ao Contrato de Concessão.

23. CONTRATO DE CONSTRUÇÃO

As receitas relativas à construção das infraestruturas utilizadas na prestação dos serviços é contabilizada seguindo estágio da construção da referida infraestrutura, em conformidade com a Interpretação Técnica ICPC 01 (R1). No trimestre findo em 31 de março de 2018 a Companhia reconheceu R\$14.580, como receita de construção (R\$126.667 em 31 de dezembro de 2017) e como margem de construção R\$144 (R\$1.254 em 31 de dezembro de 2017).

O estágio de conclusão da obra é determinado com base no avanço de obra, apurado através dos boletins de medição do serviço prestado pela construtora, em comparação com os custos de construção orçados.

O custo total incorrido da construção da infraestrutura até 31 de março de 2018 é de R\$1.681.658 (R\$1.657.868 em 31 de dezembro de 2017), incluindo R\$671 (R\$671 em 31 de dezembro de 2017) referentes a adiantamento concedido a fornecedores.

VIA 040 APRESENTA CRESCIMENTO DE 10,1% NA RECEITA LÍQUIDA DO PRIMEIRO TRIMESTRE DE 2018

GASTOS COM CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO AUMENTAM R\$ 5,4 MILHÕES EM RELAÇÃO A 2017

Rio de Janeiro, 10 de maio de 2018: Senhores acionistas, a Administração da Via 040 – Concessionária BR-040 S.A. (“Via 040” ou “Companhia”), em conformidade com as disposições legais e estatutárias, submete à apreciação do mercado e de seus acionistas as Informações Trimestrais - ITR - relativas ao trimestre findo em 31 de março de 2018, acompanhado do relatório de revisão trimestral dos auditores independentes.

As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais, não foram objeto de auditoria por parte dos Auditores Independentes.

A VIA 040

A VIA 040 é a segunda maior concessão rodoviária do país, sendo o principal eixo de ligação entre o Centro-Oeste Brasileiro e a região Sudeste. O trecho sob concessão compreende 936,8 KM dos quais 8,4 KM estão inseridos no Distrito Federal, 157,3 KM em Goiás e 771,1 KM em Minas Gerais. Ao longo de sua extensão a rodovia abrange 35 municípios, de Brasília (DF) a Juiz de Fora (MG), sendo estes com forte potencial econômico e turístico, por onde trafegam diversos produtos e serviços com alta representatividade na economia nacional, como minério de ferro, grãos, equipamentos industriais, além de fomentar o turismo das regiões ao seu entorno.

As operações da Companhia foram iniciadas em 22 de outubro de 2014 e é subsidiária integral da Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. (“Invepar”), que foi a empresa vencedora do Leilão da Concessão do trecho supracitado.

DESEMPENHO OPERACIONAL

Desempenho Operacional (Mil)	1T18	1T17	▲
VEPs*	15.789	15.922	-0,8%
Veículos leves	5.269	5.500	-4,2%
Veículos Pesados	10.520	10.422	0,9%
Tráfego**	8.224	8.462	-2,8%
Veículos Leves	5.458	5.560	-1,8%
Veículos Pesados	2.602	2.566	1,4%
Veículos Isentos	164	337	-51,4%
Tarifa Média (R\$)	5,30	4,80	10,4%

VEPs* = Veículos Equivalentes Pagantes - refere-se a quantidade de eixos passantes de cada veículo

**Refere-se a quantidade de veículos que transitaram pelas praças de pedágio da Companhia

Nos três primeiros meses acumulados de 2018, a Companhia registrou 15,8 milhões de VEP’s em suas praças de pedágio, frente a 15,9 milhões no mesmo período do ano anterior, o que representou uma queda de 0,8%. O tímido crescimento de 0,9% no número de VEP’s pesados foi revertido pela queda de 4,2% nos VEP’s leves. Tal comportamento está relacionado a tímida e gradual melhora da economia nacional, afetando positivamente o fluxo de veículos pesados, mas que ainda apresenta uma alta taxa de desemprego, influenciando negativamente o tráfego de veículos leves.

DESEMPENHO ECONÔMICO FINANCEIRO

A Via 040 apresenta suas informações financeiras trimestrais referentes ao período terminado em 31 de março de 2018 de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (“IFRS”) e em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê

de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), aplicáveis às operações da Companhia.

Todas as comparações realizadas neste relatório consideram dados em relação ao primeiro trimestre de 2017 e todos os valores estão em R\$ milhões, exceto quando indicado.

RECEITA OPERACIONAL

Receita Operacional (R\$ mil)	1T18	1T17	▲
Receita Bruta	100.935	117.646	-14,2%
Receitas com Pedágio	83.638	76.428	9,4%
Receitas Acessória	2.717	1.916	41,8%
Receita de Construção (IFRS)	14.580	39.302	-62,9%
Receita Bruta Ajustada¹	86.355	78.344	10,2%
Deduções da Receita Bruta	(7.237)	(6.512)	11,1%
Receita Líquida Ajustada¹	79.118	71.832	10,1%

¹ Desconsidera os impactos do IFRS em relação à Receita de Construção

A Receita Líquida Ajustada atingiu R\$ 79,1 milhões nos 3 primeiros meses de 2018, um aumento de 10,1% em relação ao mesmo período do ano anterior. Essa variação positiva pode ser explicada, principalmente, pelo reajuste tarifário de 10,4%, passando de R\$ 4,80 para R\$ 5,30, ocorrido em 30 de julho de 2017. Esse aumento englobou o reajuste tarifário contratual além do reequilíbrio econômico financeiro em função da assunção de obrigações não previstas no contrato de concessão.

CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

Custos e Despesas (R\$ mil)	1T18	1T17	▲
Custos & Despesas Operacionais	(64.640)	(92.931)	-30,4%
Pessoas e encargos	(12.134)	(13.492)	-10,1%
Conservação & Manutenção	(11.527)	(6.093)	89,2%
Seguros e Garantias	(59)	(1.450)	-95,9%
Demais despesas operacionais e administrativas	(13.901)	(20.488)	-32,2%
Provisão para manutenção	(367)	(289)	26,9%
Depreciação e amortização	(12.218)	(12.206)	0,1%
Custo de Construção	(14.436)	(38.913)	-62,9%
Custos & Despesas Operacionais Ajustados¹	(49.838)	(53.729)	-7,2%
Custos & Despesas Operacionais Ajustados^{1,2}	(37.620)	(41.523)	-9,4%

¹ Desconsidera os impactos do IFRS em relação à Receita e ao Custo de Construção e à Provisão para Manutenção

² Desconsidera os efeitos de depreciação e amortização.

Os Custos e Despesas Operacionais Ajustados totalizaram R\$ 49,8 milhões no primeiro trimestre de 2018, frente a R\$ 53,8 milhões no mesmo período do ano anterior, o que representou uma redução de 7,2%. Essa redução pode ser explicada, principalmente, por uma otimização nos gastos com Serviços de Socorro Médico e frota em operação, conforme o projeto de redução de custos em andamento na Companhia.

Desconsiderando os efeitos de depreciação e amortização, os custos e despesas operacionais ajustados totalizaram R\$ 37,6 milhões, uma redução de 9,4% em relação ao 1T17. Essa redução reflete diretamente a estratégia de maior eficiência e de redução de gastos da Companhia, que pode ser observada, principalmente, nas linhas de pessoal e demais despesas operacionais e administrativas.

EBITDA E MARGEM EBITDA

EBITDA E MARGEM EBITDA (R\$ mil)	1T18	1T17	▲
EBIT	29.057	18.203	59,6%
(+) Depreciação & Amortização	12.218	12.206	0,1%
EBITDA ¹	41.275	30.409	35,7%
Margem EBITDA ¹	44,1%	27,4%	+ 16,7 p.p
Ajustes	222	(100)	-322,3%
(-) Receita de Construção (IFRS) ¹	(14.580)	(39.302)	62,9%
(+) Custo de Construção (IFRS) ¹	14.436	38.913	-62,9%
(+) Provisão de Manutenção (IFRS) ¹	367	289	26,9%
EBITDA Ajustado²	41.498	30.309	36,9%
Margem EBITDA Ajustado²	52,5%	42,2%	+ 10,3 p.p

¹Instrução CVM Nº527/12;

²Desconsidera os impactos do IFRS em relação a Receita e Custo e Construção e a Provisão para Manutenção;

Nos três primeiros meses de 2018, o EBITDA Ajustado totalizou R\$ 41,5 milhões, um aumento de 36,9% em relação ao resultado apurado no 1T17. Tal variação ocorreu, principalmente, pelo aumento da receita líquida de pedágio, proveniente do reajuste tarifário de 10,4% em vigor desde 30 de julho de 2017 aliado a redução nos custos e despesas operacionais ajustados. A margem EBITDA ajustada apresentou 10,2 pontos percentuais de aumento em relação ao período anterior, atingindo 52,5% no primeiro trimestre de 2018.

RESULTADO FINANCEIRO

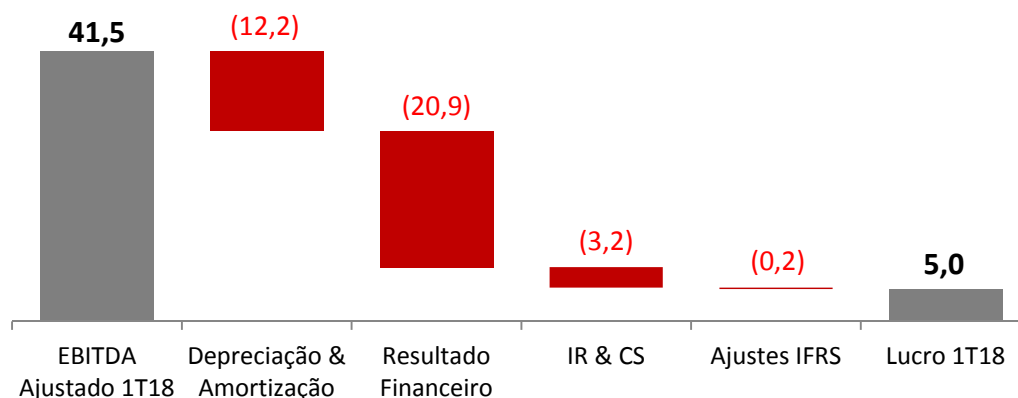
Resultado Financeiro (R\$ mil)	1T18	1T17	▲
Resultado Financeiro	(20.923)	(7.910)	164,5%
Receitas Financeiras	185	639	-71,0%
Juros sobre Aplicações Financeiras	150	463	-67,6%
Variação monetária e cambial	35	176	-79,9%
Despesas Financeiras	(21.109)	(8.549)	146,9%
Comissões e despesas bancárias	(5.103)	(2.760)	84,9%
Juros sobre financiamentos	(9.210)	(5.332)	72,7%
Variação monetária passiva	(1.687)	(37)	4459,1%
Outros	(5.109)	(420)	1116,4%

A companhia encerrou o primeiro trimestre de 2018 com R\$ 20,9 milhões de resultado financeiro negativo, o que representou um aumento de R\$13,0 milhões, ou 164,5%, em relação ao mesmo período do ano anterior. Esse aumento ocorreu principalmente em função do encerramento de obras até então em andamento, em março de 2018, o que, conforme práticas contábeis, enseja no encerramento da capitalização de custos elegíveis ao ativo em construção.

RESULTADO DO EXERCÍCIO

Resultado Líquido (R\$ mil)	1T18	1T17	▲
Lucro/Prejuízo do Exercício	4.968	4.391	13,1%

A Companhia apurou lucro de R\$ 5,0 milhões no 1T18, o que representou um aumento de 13,1% em relação ao primeiro trimestre de 2017, quando obteve um lucro de R\$ 4,4 milhões.



DISPONIBILIDADES E ENDIVIDAMENTO

Disponibilidades e Endividamento (R\$ mil)	1T18	1T17	▲
Dívida Líquida	932.397	938.021	-0,6%
Disponibilidades	10.471	15.388	-31,9%
Caixa e equivalentes de caixa	8.539	14.435	-40,8%
Aplicações Financeiras	1.932	952	102,9%
Dívida Bruta	942.868	953.409	-1,1%
Curto Prazo	935.784	945.798	-1,1%
Empréstimos e Financiamentos	935.784	945.798	-1,1%
Longo Prazo	7.084	7.611	-6,9%
Empréstimos e Financiamentos	7.084	7.611	-6,9%

A Companhia encerrou 1T18 com uma redução do seu endividamento de 0,6%, ou aproximadamente R\$ 5,6 milhões. A dívida bruta da Companhia atingiu o montante de R\$ 942,9 milhões em 1T18, uma redução de 1,1% frente a dívida bruta de 1T17, devido ao pagamento do principal e redução dos indicadores de correção da dívida.

INVESTIMENTOS

Investimentos (R\$ mil)	1T18	1T17	▲
Investimento Total	6.204	7.874	-21,2%
Imobilizado	7	89	-92,1%
Intangível	23.790	65.449	-63,7%
Intangível em construção	23.790	65.449	-63,7%
(-) Transação Não Caixa	(17.449)	(57.275)	-69,5%
(-) Margem de Construção	(144)	(389)	-62,9%

No exercício de 1T18, em comparação a 1T17, houve uma redução de 21,2% no volume de investimentos da Companhia. Os investimentos realizados foram para manter as operações da concessão.